

Resenha

O novo mundo da filosofia na Idade Média

GRACIA, J. J. E.; NOONE, T. B. *A Companion to Philosophy in the Middle Ages*. Oxford: Blackwell, 2003. 739 p. (Blackwell Companions to Philosophy).

A Idade Média é um dos períodos mais instigantes e surpreendentes da história da filosofia. Um milênio de pensamento filosófico que vai, no mínimo, de Agostinho a Gabriel Biel no Ocidente latino, de Al-Kindi a Ibn Rushd no Islamismo, e de Ibn Gabirol a Gersonides nas comunidades judaicas medievais. A Idade Média é não somente o período mais longo da filosofia no Ocidente, mas também um dos mais ricos e complexos. Mesmo que as suas fontes tenham sido os autores gregos clássicos e romanos, como *Hortensius*, que foi objeto dos comentários de Agostinho, alguns dos conceitos fundamentais desenvolvidos durante a Idade Média continuam a nos mover contemporaneamente. Ainda que uma grande parte do nosso vocabulário filosófico atual tenha sido desenvolvido na Idade Média, e que muitos dos problemas filosóficos com os quais ainda nos ocupamos tenham sido formulados por primeiro nesse período, a importância filosófica da Idade Média e a sua influência no pensamento ocidental posterior são difíceis de se dimensionar.

Por uma série de motivos, desde políticos a ideológicos, o estudo da filosofia na Idade Média foi, até bem pouco tempo, quase inexistente fora do contexto da Igreja Católica. Nas universidades seculares ou confessionais outras que não católicas,

165

raramente se ofereciam cursos de Filosofia Medieval ou pesquisas na área. O período medieval era referido em dois tipos de cursos: ou como seqüência na história da filosofia, como continuidade da história antiga, como recepção dos clássicos e sem nenhuma originalidade; ou, nos cursos de Filosofia da Religião, onde se examinavam os argumentos em favor da existência de Deus, como o argumento “ontológico” de Anselmo e as “cinco vias” de Tomás de Aquino.

Esta situação vem mudando nos últimos lustros e a filosofia produzida durante a Idade Média tem crescido em prestígio; editoras de primeiro nível internacional estão publicando excelente material na área de filosofia medieval e editando antologias para serem usadas em sala de aula. Ainda há muito a ser feito, por exemplo em obras de autores clássicos como Ockham ou Wyclif, cujas edições críticas ainda estão inacabadas.

Nesse sentido, recebemos este *Companion to Philosophy in the Middle Ages* publicado pela Blackwell, no Reino Unido, e editado por dois célebres professores-pesquisadores dos Estados Unidos: Jorge Gracia, distinto professor de Filosofia da Universidade Estadual de New York, em Buffalo, e Timothy Noone, professor adjunto de Filosofia na Universidade Católica da América, com publicações sobre a filosofia de Duns Scotus. Este volume se propõe oferecer um compêndio de informações básicas e sólidas acerca das figuras-chave que protagonizaram a História da Filosofia na Idade Média.

O volume é apresentado em duas partes, que são precedidas por uma breve introdução dando uma contextualização geral do pensamento filosófico do período. A primeira parte do volume oferece um pano de fundo histórico sem o qual a filosofia medieval se tornaria muito mais difícil de ser entendida. São sete artigos referentes à recepção da tradição greco-romana, ao pano de fundo patrístico, ao projeto da “cristandade”, à escola de Chartres, às Ordens Mendicantes, à Escolástica e às Condenações parisienses às visões filosóficas e teológicas por parte das autoridades eclesásticas nos anos de 1270 e 1277. Cada um dos textos é elaborado por um autor especialista, formando um conjunto introdutório do contexto histórico do período.

A segunda parte é composta de artigos de diferentes dimensões, apresentando os principais autores da Idade Média em ordem alfabética. Este modo se mostra original, dado que já existem no mercado editorial edições organizadas tematicamente, como é o caso da *Cambridge History of Later Medieval Philosophy* de 2000, e cronologicamente, como a maioria das histórias da filosofia. Este modo de apresentação tem-se mostrado bastante consistente numa estrutura comum a todos os artigos referentes aos autores medievais, constando de uma brevíssima síntese biográfica, uma contextualização histórica e um comentário aos principais temas tratados pelo pensador, destacando a sua originalidade. No total, nesta segunda parte constam 138 autores comentados. A critério dos editores, a extensão dos textos para cada autor medieval varia de tamanho. Os clássicos Agostinho, Tomás de Aquino, Duns Scotus e Ockham recebem em torno de 20 páginas cada um, num segundo nível de importância se encontram Anselmo, Averrois, Avicena e Maimônides, que têm por volta de 10 páginas cada, e assim a extensão vai diminuindo progressivamente até um mínimo de duas páginas.

De qualquer maneira, nunca encontrei reunidos tantos autores medievais num mesmo volume. O mais importante de todo o trabalho não é a quantidade de autores medievais trabalhados no volume, nem as excelentes apresentações que os comentadores fazem dos autores, mas, sobretudo, que, ao final de cada artigo, consta uma bibliografia muito atualizada e diversificada sobre o autor que destaca fontes primárias e fontes secundárias e permite ao pesquisador abrir caminhos na sua investigação. Como limitação, destaco que, apesar dos autores terem-se proposto explicitamente compor um grupo bem cosmopolita de comentadores, dos 84 notáveis que participaram da obra somente dois não trabalham em universidades europeias ou norte-americanas. Acredito que esta publicação da Blackwell, uma espécie de dicionário de autores significativos do pensamento filosófico medieval, provavelmente o mais atualizado existente atualmente no mercado editorial, é altamente recomendável para qualquer boa biblioteca de filosofia.

167

Alfredo Culleton
Professor de Filosofia da UNISINOS

FILOSOFIA UNISINOS	Vol. 5	Nº 8	JAN/JUN	2004
--------------------	--------	------	---------	------

Resenha

Kierkegaard e seu contexto

STEWART, Jon (Org.). *Kierkegaard and His Contemporaries*. Berlin: de Gruyter, 2003.

Antes de se entender Kierkegaard como *pai de alguma escola filosófica*, convém conhecer seu contexto. Não se trata de reduzir suas idéias ao seu tempo ou país, mas de perceber o diálogo com seus contemporâneos e com a chamada *Idade de Ouro* da Dinamarca, mostrando que ele e Andersen não estavam *isolados*, mas também foram, de certo modo, produtos de determinada época e cultura. Desde os trabalhos de Kirmmse (1990, 1996)¹ e Scavenius (1994, 1996),² tal interesse tem se ampliado.

A coletânea é composta de cinco seções: filosofia, teologia, literatura, crítica e arte.

Na seção de filosofia, relaciona-se a *Idade de Ouro* dinamarquesa com o pensamento germânico, a partir de um panorama da introdução dos grandes alemães na Dinamarca: Kant, Fichte, Schelling e Hegel. O filósofo de Königsberg é introduzido

¹Bruce H. KIRMMSE, *Encounters with Kierkegaard*, Princeton, NJ: Princeton University, 1996; id., *Kierkegaard in Golden Age Denmark*, Blomington & Indianapolis: Indiana University, 1990.

²Bente SCAVENIUS, *The Golden Age in Denmark: Art and Culture 1800-1850*, transl. by B. Haveland, Copenhagen: Gyldendal, 1994; id., (Ed.). *The Golden Age Revisited: Art and Culture in Denmark 1800-1850*, translated by Barbara Haveland and Jean Lundskær-Nielsen, Copenhagen: Gyldendal, 1996.

no final do século XVIII, em 1793, nas aulas de C. Hornemann, que estudara com Reinhold em Iena. Um filósofo norueguês, N. Treschow, lecionou sobre Kant na Universidade de Copenhague de 1803-15. A ética e a filosofia de Kant foram importantes na formação do jurista Anders S. Ørsted. Kant influencia também o pensamento do irmão deste, o cientista natural Hans C. Ørsted, o teólogo Jacob P. Mynster (1777-1854) e F. G. Howitz. Contra Kant na Dinamarca, destacam-se T. Rothe e J. Boye. Kierkegaard é devedor, em muitos aspectos, do pensamento kantiano, embora mantenha sua independência em relação ao filósofo. A influência de Fichte na Dinamarca pode ser notada a partir de 1807, ano em que o filósofo por lá esteve ministrando cursos, hospedando-se com A. S. Ørsted, cujo irmão já o conhecia, pois escutara suas aulas em Berlim. Fichte influenciou também Frederik Christian Sibbern (1785-1872) e o norueguês-dinamarquês Henrich Steffens (1773-1845), além do próprio Kierkegaard. Schelling seria importante em dois períodos da vida intelectual dinamarquesa. Foi introduzido em 1802, nas aulas de Steffens. Em 1812, Nicolai F. Grundtvig (1783-1872) promove um ataque à sua filosofia. A partir daí, resultou a polêmica entre C. Molbech e H. C. Ørsted. Muitos jovens intelectuais – inclusive Kierkegaard – foram a Berlim acompanhar as aulas do célebre pensador alemão. A partir de 1830, o hegelianismo começou a se destacar na vida cultural dinamarquesa (arte, literatura, religião, filosofia, história). O pensamento de Hegel surgiu em solo dinamarquês nos anos 20, mas ficou mais influente a partir das aulas de Hans L. Martensen (1808-84), ocorridas em 1837-38, na Universidade de Copenhague. Destacam-se o entusiasmo dos estudantes por Hegel (e Martensen) e o jornal *A Idéia especulativa*, fundado por J. L. Heiberg (1791-1860).

O primeiro artigo (F. C. Sibbern: *Epistemology as Ontology*, de Poul Lübcke), trata do orientador da dissertação de 1841. Sibbern era o mais conhecido dos filósofos dinamarqueses e teve contato pessoal com Fichte, Schleiermacher, Goethe e Schelling. Lübcke analisa duas obras: *Conhecimento e investigação* (1822) e *Cosmologia especulativa com os rudimentos de uma teologia especulativa* (1846). P. M. Møller (1794-1838) é o objeto do segundo artigo (Poul Martin Møller: *Scattered Thoughts, Analysis of Affectation, Struggle*

with Nihilism, de P. Thielst). Mestre e amigo de Kierkegaard – merecendo a dedicatória do *Conceito angústia* – Møller tornou-se professor da Universidade de Copenhague em 1830. Em 1837, escreveu o artigo *Pensamentos sobre a possibilidade da prova da imortalidade humana*. Apesar da influência hegeliana, Møller foi um crítico do pensador alemão. Confrontou a posição cristã ao pensamento de Hegel. Møller ministrou cursos em 1834-1835 sobre filosofia antiga, enfatizando a filosofia de Sócrates, e Kierkegaard foi levado a aprofundar seus estudos sobre o ateniense. Daí nasceu seu interesse em estudar *o conceito de ironia em Sócrates*, tema da dissertação. O conceito de *pensamentos dispersos* de Møller é muito caro ao pensamento kierkegaardiano. Sua concepção acerca de aforismos e seu *niilismo* influenciaram a psicologia de Kierkegaard. O terceiro artigo (*H. C. Ørsted: Immanuel Kant and the Thought Experiment*, de J. Witt-Hansen) trata desse pensador dinamarquês, mais conhecido como físico. Note-se, porém, que foi um dos membros do comitê de exames da dissertação de Kierkegaard, havendo muitas referências a ele nos *Diários* do pensador. A obra destacada para análise nesse artigo é *O Espírito ao natural* (1850). Nela aparece uma forte ênfase no pensamento experimental nas ciências e surge, com vigor, a inspiração kantiana na sua física. A ironia será o tema do quarto artigo dessa seção (*Kierkegaard's Contribution to the Danish Discussion of "Irony"*, de K. B. Soderquist). A ironia em Kierkegaard é vista através de sua leitura sobre Sócrates e acerca da mesma temática no romantismo. Encerra a primeira seção o quinto artigo (*Kierkegaard and Hegelianism in Golden Age Denmark*, de J. Stewart), que aborda o ambiente intelectual dinamarquês da época e mostra como o hegelianismo se inseria em tal contexto. As polêmicas de Kierkegaard com Heiberg, Martensen e o pastor Adler têm especial destaque, bem como a conexão do pensamento kierkegaardiano com Hegel, com sua relação de *amor-ódio*.

A seção dedicada à teologia mostra que a primeira metade do século XIX foi um período de *ouro* também para a teologia dinamarquesa. Ocorreram mudanças no pensamento eclesiástico e na instituição religiosa. Movimentos de caráter pietista foram intensificados. Há o movimento popular de renovação, de Grundtvig.

A Igreja foi presença marcante na Dinamarca do século XIX. A Faculdade de Teologia da Universidade de Copenhague possuía grande influência na vida intelectual dinamarquesa. Metade dos estudantes universitários do período estudavam Teologia! Debates e a influência de Schleiermacher marcaram a época.

The Golden Age in an Earthen Vessel: The Life and Times of Bishop J. P. Mynster, de J. Saxbee, observa que há muito a se estudar na polêmica de Kierkegaard com esse bispo. Para o autor, Mynster era um dos pilares da época de ouro dinamarquesa. Já Martensen será o tema de dois artigos (*H. L. Martensen's Theological Anthropology*, de C. L. Thompson, e *Martensen's Dogmatics and its Reception*, de N. Thulstrup). Um aborda a antropologia teológica de Martensen e enfatiza suas obras *Sobre a autonomia da consciência humana*, *Mestre Eckhart* e *Esboço do sistema de filosofia moral*. O outro aborda a recepção da *Dogmática cristã* e o ataque de Kierkegaard ao bispo-pensador. Por fim, o artigo *Grundtvig and Romanticism*, escrito por F. Lundgreen-Nielsen, faz uma abordagem da posição eclesiástica de Grundtvig, sua crítica à ênfase da mitologia nórdica no romantismo, e aparece também a crítica kierkegaardiana ao seu conceito de Igreja.

A 3ª seção tem como tema a rica literatura dinamarquesa do período, onde se destacam os poetas: Baggesen, Blicher, Ingemann, Staffeldt, Oehlenschläger, Heiberg, P. M. Møller e Grundtvig, além de Andersen, Th. Gyllembourg, P. L. Møller e Rahbek. A temática da 4ª seção é a crítica, e a 5ª seção trata da arte, examinando, entre outros, Thorvaldsen, o escultor responsável pelo Cristo da Igreja de N. Senhora, que aparece nos *Discursos cristãos* e nos *Dois discursos para a comunhão das sextas-feiras*. A obra organizada por Jon Stewart é mais do que recomendável para os estudiosos de Kierkegaard ou da Dinamarca do período. Se tal afirmação não fosse tão estranha ao espírito kierkegaardiano, poder-se-ia dizer, com todas as reservas, que ela é *obrigatória*. Além de ricas informações históricas, há um intenso debate de idéias em suas páginas.

Marcio Gimenes de Paula
Doutorando da UNICAMP

FILOSOFIA UNISINOS	Vol. 5	Nº 8	JAN/JUN	2004
--------------------	--------	------	---------	------

Resenha

Ética e alteridade

SIDEKUM, Antonio. *Ética e alteridade: a subjetividade ferida*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. 206 p. (Coleção Focus).

Una lectura atenta exige considerar dos niveles convergentes en el planteamiento de esta obra: la forma casi literaria en la secuencia de los capítulos encabezados por epígrafes adecuadamente seleccionados y la discusión propiamente filosófica sobre “Ética y alteridade” en la propuesta exclusiva de interpelación, historización y política.

En la presentación, el filósofo y jurista nicaragüense Alejandro Serrano Caldera, confirma la dedicación y seriedad del trabajo intelectual del profesor Sidekum y su compromiso moral y social frente a los problemas y debilidades éticas de nuestro tiempo. ¿Cómo vivir o cómo organizar socialmente el nuevo período histórico de la humanidad a partir de un cambio de época que tecnológicamente pone en jaque el destino de la humanidad? Creo que esta es una de las preguntas que se responden con este libro discursivamente probado en la práctica pedagógica de su autor.

En la introducción, declara el propósito, se anticipan los aportes de otros pensadores y se precisa que la cuestión y preocupación por la ética parte de una angustia existencial profunda, de un sujeto conciente de sus limitaciones frente a la inconmensurabilidad de la naturaleza, de sí mismo y de la trascendencia: trátase

de una ética y de los problemas fundamentales de la alteridad y de la subjetividad, enfocando a algunos autores de la filosofía moderna y contemporánea, concluyendo sobre los ámbitos éticos y políticos de la situación y ambición del hombre actual.

¿Cuál es la función orientativa, semántica y sintáctica de los epígrafes en la ilación de un discurso filosófico? Poner una cota de sentido y vertebrar, a través de un máximo o núcleo principal, la reflexión y los meandros argumentativos, en este caso, de cada capítulo. Aquí reside una de las características de “Ética e Alteridade” y que lo ubican en la línea del ensayo filosófico. La Enunciación omniabarcante es la voz de Nietzsche, quien sentencia sobre las parábolas del bien y del mal para acercarse y desentrañar las cuestiones últimas de saber. De este modo, se van sumando otras voces muy significativas como la de Albert Camus, Jean Genet, Blaise Pascal, Demócrito de Abdera, Baruch de Espinoza, Emmanuel Levinas y de Filolau de Cretona. Para intentar lo que deseamos, siempre habrá un pensamiento posible. La búsqueda del sentido es un viaje inacabable. La ignorancia conspira y amenaza a la alegría y envenena los proyectos por un mundo mejor.

La propuesta comienza con una fundamentación sobre ética y subjetividad ¿En que tiempos estamos, en los de la plenitud de lo humano? Para responder a la pregunta, el autor asume su propia experiencia confrontada al poder político y educacional muy ajeno a una visión liberadora de la humanidad. Se define ética como un acto de pura conciencia: “el hombre, al ejecutar un acto, provocado por un estímulo no actúa de modo puramente instintivo, sino racional; esto quiere decir que hace depender la acción de su condición humana” (pág. 19). De este modo cada sujeto construye su “Ethos” y actúa según esa construcción en el ámbito moral. Si la ética es, en este contexto, la expresión de la conciencia social, los sujetos ante el estado no siempre vulnerables. Naturaleza humana y ética, identidad y respeto por la diferencia, conforman una unidad con la concepción del Estado, del ser social. Rousseau es quien mejor nos orienta al respecto. En efecto, la relación entre ética e ideología nos vincula al problema de la

dignidad y de naturaleza humana. En el ámbito de la experiencia comunicativa, la dimensión del discurso es siempre ética, y esta evidencia nos aproxima a la concepción del progreso en las categorías de W. Benjamín; el progreso como inevitable catástrofe para los seres humanos, como tempestad de ruinas. Catástrofe y virtud para el bien y la solidaridad en un mundo desde y en el cual la ética no tiene fuero alguno.

En los capítulos III, IV, V, VI, VII, la reflexión se encamina a partir de los valores morales en Kant, el idealismo subjetivo de Fichte y Schelling, ética y existencia en Kierkegaard y las dos líneas tradicionales del existencialismo, la pesimista-derrotista y la de la búsqueda de nuevos rumbos para el sentido de la vida y de la historia. Kierkegaard constituye una de las sustentaciones fundamentales para explicarse la subjetividad herida; su filosofía es la de aquellos que buscan con avidez un encuentro con la verdad que brota de lo íntimo de esa subjetividad golpeada por una cultura despreocupada o negadora del otro en sus legítimas diferencias. ¿Tiene sentido la vida humana? ¿Qué significa ser libre y cómo serlo? ¿La historia tiene un sentido o todo es absurdo? ¿Cuál es la plenitud del existir? Las respuestas van por el vértice del compromiso y del riesgo, por el primado de la subjetividad y por la despreocupación y la resistencia. La verdad se produce en el actuar auténtico y por eso debe ser vivida. En efecto, somos aquello que escogemos. No hay riesgo sin angustia. Quien no escoge, no es. En definitiva, se escoge o debiéramos escoger lo que es amor.

El capítulo VI se refiere a ética e intersubjetividad. Gabriel Marcel es un crítico del racionalismo moderno, entendido como saber abstracto y vacío de la vida concreta que pretende una visión totalizante del mundo. El cogito cartesiano aisló el yo pensante del yo concreto; el saber se desarraigó del sentir y desacralizó al ser. La fe es excluida del saber. Para Sidekum, ser significa amar en un acto de amor no posesivo. Si el amor es un movimiento de trascendencia, su sentido está fuera de los límites, sin condiciones y sin tiempo. Con Martín Buber, se aporta una comprensión del mundo en relación a la alteridad del otro. Palabra, ética, orden social y ética moral están y, por eso, a través del lenguaje se

vive la plenitud de la existencia. “Venir al mundo es tomar la palabra”. Para Levinas, ética es una experiencia de autonomía y de heteronomía que justifica la vida entre seres humanos; en el seno de esta experiencia reside la solidaridad y la conciencia histórica. “La relación con la alteridad del otro es propia de la existencia humana” (página 134). A partir de su facticidad se alcanza la conciencia de ser en el mundo.

Con el capítulo VII se cierra el círculo de fuentes y referencias con las cuales Sidekum despliega su argumentación pedagógica para centrar al lector en la “subjetividad herida” que nos hace conscientes de la incerteza, del riesgo y de la verdad, y del escoger la propia autenticidad. La interpelación ética obliga a plantearse el problema del poder y de la realización personal. Con Levinas se puede decir que el único poder del querer es derrotar el poder; el querer del amor no tiene o no debiera tener poder físico. A partir de esta aproximación, resulta muy interesante la reflexión apoyada en Franz Rosenzweig relativa a la redención, utopía e historia. Como bien se señala en el texto, las guerras son derrotas de valores y su cuestionamiento se da desde la historia, la filosofía y la teología. Si el hombre realiza su historicidad en el mundo (social) con el otro, el capitalismo, por ejemplo, es tan negativo para la humanidad como la esclavitud. Según Levinas, la subjetividad se realiza en la historia a través de la relación con el otro, la cual se manifiesta en su rostro, en su mirar, en su interpelación de justicia. La clave está en el imperativo “tú no matarás” (pág 149), tú no dañarás al hermano. Desde esta perspectiva surge la ética de la liberación porque la praxis liberadora es la que permite la libertad del oprimido.

Los capítulos VIII y IX se refieren a la historización de la crisis ética y a la ética y política (entre la utopía y la justicia), respectivamente. Con Filolau de Cretona se orienta la reflexión hacia la armonía como “unificación de muchos elementos mezclados y a la concordancia de los discordantes”. Ambos capítulos son de carácter conclusivo en el contexto del mundo contemporáneo, de la crisis y mutación de paradigmas. Se hace evidente que el desafío ético es el principal problema del futuro inmediato de la hu-

manidad en una sociedad transparadigmatizada. Desinterés por la ética y acentuación trágica de las paradojas. Como dice Manfredo Araujo de Oliveira, “estamos capturados por el dolor amargo del progreso catastrófico”, por una sociedad incapaz de levantar utopías y de escapar del terror, la violencia, la rutina, la angustia y esclerosis existencial. El statu quo de este panorama se refugia en la razón instrumental que no permite usar bien la razón teórica, práctica y estética. El mundo es un desencanto. Situados en la realidad de Brasil, por ejemplo, se releva con mucha preocupación el problema de la identidad, de los espacios imaginarios y simbólicos, la recopilación del proceso de información y de la rearticulación de la sociedad civil. La propuesta alternativa, para la modernidad – modernización, está vacía. Sin la intervención militar y violenta, la entronización del neoliberalismo no habría sido posible en algunas regiones de América Latina (el caso más patético es Chile).

Finalmente la propuesta de Sidekum es estimular y alentar a los grupos que luchan por los derechos humanos con una ética de la emergencia para luego asumir una ética de la liberación. El camino intercultural también debería ser interdisciplinario para enfrentar analíticamente el fenómeno de la globalización. Es falso que estemos en el fin de la Historia, recién estamos comenzando. Se debe vivir en el pluralismo como posibilidad de liberación en la creación de un nuevo paradigma para salvaguardar los valores de la dignidad humana y de una cultura en ideal comunicativa que no permita la conspiración que falsea la realidad a través de la manipulación informativa. “La ética de la interpelación permite considerar la plenitud del derecho de la alteridad del otro [...] como protagonista libertador de la historia” (página 198). La obra concluye con una pregunta a los niños y adolescentes como una forma de involucrarlos en su propio devenir: ¿Qué mundo desearían heredar de los adultos para asumirlo y vivenciarlo desde su propia dignidad?

“Ética e alteridade, a subjetividade ferida” es un significativo aporte para iniciarse, en la formación filosófica y pedagógica. El esquema planteado por el profesor Sidekum permite un segui-

miento de las diversas tendencias y pensadores dedicados al tema de la ética en diferentes regiones y épocas. Urge rediseñar un tipo de sociedad para una restitución de valores que nos permitan respetar al otro como legítimo otro en su diferencia. En el planeta tierra nadie sobra, está demás o es proyecto de esclavitud. Construyamos un nuevo imaginario histórico-social, en el cual la solidaridad termine con la competencia y las leyes implacables del mercado. De otro modo, el ámbito donde se sigue construyendo y sosteniendo una subjetividad herida, continuará siendo una felonía para la humanidad.

Prof. José de la Fuente A.
Santiago, Chile